



OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Revista

**OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO**

Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe · IEALC

**ISSN 1853-2713**

<https://publicaciones.sociales.uba.ar/observatoriolatinoamericano/>

**Volúmen 9 • Número 1 (julio 2025) • Dossier**

Pasado y presente de las violencias en América Latina y el Caribe

---

## **A permanencia do sintoma: da ditadura civil-militar para o bolsonarismo.**

**Marcio Bernardi**

---

RECIBIDO: 6 de mayo de 2025

APROBADO: 28 de mayo de 2025

## **A permanência do sintoma: da ditadura civil-militar para o bolsonarismo**

Marcio Bernardi

Doutorando em Educação Universidade São Francisco  
(USF) – Itatiba -SP /Mestre em história Social PUC-SP

E-mail: bernardi@bernardimarcio.com.br

### **Resumen**

Este texto debate a permanência da violência da ditadura civil-militar brasileira na democracia e a criação de um modelo de educação/sociabilidade que normalizou a força como prática cotidiana. Parte-se do pressuposto de que a sociedade brasileira não responsabilizou as instituições do Estado nem os indivíduos responsáveis pelos crimes cometidos durante aquele período, o que contribuiu para a normalização desse fenômeno. A cólera na democracia burguesa encontra espaço sob o discurso da liberdade de expressão, sustentada pela retórica da permanência do anticomunismo e do ódio às minorias — agora com uma nova dinâmica, impulsionada pelo uso das redes sociais e plataformas de vídeo. A partir desse cenário, observa-se o fortalecimento do nome do ex-militar Jair Messias Bolsonaro, que articula em torno de si tais pautas, conferindo-lhes um sentido eleitoral e apresentando-as como permanências sob a alcunha de bolsonarismo. Diante dessa contextualização, o texto propõe a seguinte pergunta norteadora: Qual permanência social da ditadura civil-militar brasileira localizamos no bolsonarismo? Para respondê-la, partiremos da revisão bibliográfica e de notícias da imprensa a fim de analisar as permanências representadas no bolsonarismo.

*Palabras clave: Violência. Permanência. Educação/sociabilidade. Bolsonarismo.*

### **Abstract**

This text discusses the persistence of violence from the Brazilian civil-military dictatorship in the democratic period, and the creation of an educational/social model that normalized force as a practice of daily life. It is based on the assumption that Brazilian society did not hold either the State institutions or the individuals responsible for the crimes committed during that period accountable, which contributed to the normalization of this phenomenon. Anger within bourgeois democracy finds space under the discourse of freedom of expression, supported by the rhetoric of continued anti-communism and hatred toward minorities—now taking on a new dynamic driven by the use of social media and video platforms. In this context, the name of former military officer Jair Messias Bolsonaro gains strength, as he brings together such agendas and gives them an electoral purpose, presenting them as continuities under the label of Bolsonarism. Given this context, the text poses the following guiding question: What are the social legacies of the Brazilian civil-military dictatorship that we can identify in Bolsonarism? To address this question, we will begin with a review of the literature and news media in order to analyze the enduring elements reflected in Bolsonarism.

*Keywords: Violence. Continuity. Education/sociality. Bolsonarism.*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar as permanências históricas e estruturais da violência na sociedade brasileira que contribuíram para o desenvolvimento do fenômeno político representado pelo bolsonarismo. A análise parte de elementos cotidianos e culturais para compreender essa forma de atuação política, que se apropria dos instrumentos das redes sociais digitais, embora sua consolidação não se limite a elas.

A partir da pergunta norteadora — qual a permanência social da ditadura civil-militar brasileira que se manifesta no bolsonarismo contemporâneo? —, realizamos uma revisão bibliográfica fundamentada em autores como Antonio Gramsci, Boris Fausto, István Mészáros, Lilia Moritz Schwarcz, Heloisa Starling, Karl Marx e Paulo Freire, além da análise de reportagens da imprensa nacional, que contribuem para a compreensão do processo histórico de continuidade e reatualização de certos valores e práticas.

Com base nesse referencial, a hipótese que orienta a pesquisa parte do pressuposto de que o campo bolsonarista antecede a dinâmica das plataformas digitais e encontra raízes em um padrão de sociabilidade historicamente estabelecido no Brasil. Esse padrão se caracteriza pela centralidade do medo, pela naturalização da violência e pela manutenção de estruturas de exclusão social, os quais fornecem as bases culturais e afetivas para a emergência e consolidação da forma política representada por Jair Bolsonaro.

## A PRIMEIRA VEZ COMO TRAGÉDIA: A FORMAÇÃO SOCIAL E OS MEDOS (1930 – 1964)

Compreender a educação/sociabilidade brasileira requer abarcar a normatização da violência e suas permanências. É necessário incluir o processo histórico e singular de construção da nossa sociabilidade, que envolve a transição de colônia a metrópole — uma revolução liberal com valores conservadores, sustentada pela manutenção de determinadas estruturas. Entre elas, destacam-se o prestígio militar, sua não subordinação direta ao poder civil e a outras instituições do Estado. Tal processo pode ser sintetizado no segundo parágrafo do livro *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2011, p.25)

Ao nos depararmos com esse fragmento, observamos a importância da práxis social e da atuação humana na história. O passado — ou seja, a sociedade que herdamos — constitui a base das contradições nas quais estamos inseridos. Ao não buscarmos uma ruptura com essas permanências, garantimos o caminho da tragédia e da farsa (MARX, 2011), representado no recorte histórico que este texto organiza.

Permitir o desenvolvimento da tragédia e da farsa é impedir que as pessoas se coloquem no mundo, que pronunciem sua vida e inscrevam sua presença na história — é, como nos apresenta Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido*, um ato de desumanização;

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 2019, p.40-1)

Essa desumanização apresentada por Freire envolve toda a sociabilidade, pois imobiliza a história ao transformar os indivíduos em agentes da manutenção de uma forma social sem reflexão nem questionamento, tornando a realidade social algo distante da experiência cotidiana — quase como um sonho ou, melhor dizendo, um pesadelo.

Nosso “sonho ruim”, que aprisiona os viventes e impede o fazer histórico humano e sua libertação, está estruturado na violência, cuja gênese remonta ao encontro entre europeus, povos originários e africanos escravizados.

Esse processo de violência se manifesta em duas frentes: a primeira, como já esperado, é a coerção física; a segunda é o medo — conceito que retomamos a partir de Paulo Freire e Ira Shor, em seu livro *Medo e Ousadia: o cotidiano do professor*, para aprofundar sua definição e relação política;

Antes de mais nada, reconhecemos que é normal sentir medo. Sentir medo é uma manifestação de que estamos vivos. Não tenho que esconder meus temores. Mas, o que não posso permitir é que meu medo seja injustificado, e que me imobilize. (FREIRE, SHOR, 1986, p.70)

Esse medo imobilizador que Freire e Shor apresentam é o que confere aos “mortos” um poder de organização social — exercido inicialmente por figuras como donos de engenhos, representantes do clero, bandeirantes e barões do café, tratando-se, portanto, da classe social que domina as estruturas políticas e econômicas da nossa sociabilidade.

Ao observarmos o Estado contemporâneo, identificamos essa mesma lógica em duas esferas: 1) nas instituições permanentes<sup>1</sup>, que detém o monopólio da força; 2) nos membros

---

<sup>1</sup> Sobre as Forças Armadas como instituições permanentes do nosso Estado: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del3864.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3864.htm)> A violência produzida por esta instituição < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oes-te-do-rio.shtml>> .Último acesso de ambos os link, 03/02/2025

da burguesia<sup>2</sup> e da classe política<sup>3</sup>, que asseguram a continuidade desse modelo histórico.

Sendo assim, para compreender a formação social brasileira, é necessário considerar um Estado permeado por violência sistêmica, que não busca a universalização dos direitos — conforme previsto na forma social da democracia burguesa —, mas se configura como um Estado integral<sup>4</sup> (GRAMSCI, S.d), que exclui grupos considerados perigosos ou não ajustáveis ao sociometabolismo (MÉSZÁROS, 2011).

Esse processo de segregação social e política tem como base as classes populares, inicialmente sem representação sob a ótica burguesa, especialmente povos originários, negros, pardos e mulheres.

A partir do início do século XX, essa dinâmica reorganiza-se com a criação e organização do Partido Comunista do Brasil, introduzindo uma perspectiva singular sobre o conceito de Estado integral — que abrange a teoria e a práxis dessa corrente e suas ramificações, incluindo o anarquismo e correntes antagônicas, como o liberalismo clássico e o social-democrata — em síntese, qualquer pensamento que se oponha a esse modelo de Estado Integral.

Neste momento, observa-se a estruturação de uma lógica social baseada no anticomunismo, que não perdeu vigor neste início do século XXI. O primeiro registro dessa forma organizacional antecede 1964 e remonta à década de 30, quando o presidente Getúlio Vargas, valendo-se da luta contra o comunismo em parceria com as Forças Armadas, buscou consolidar seu projeto político.

Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, em *Brasil: Uma Biografia*, ajudam-nos a compreender esse episódio ao apontar que Vargas pretendia livrar-se da Constituição de 1934 para permanecer no poder (SCHWARCZ; STARLING, 2018), enquanto as Forças Armadas “queriam um Exército moderno, com armas e indústria” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 373).

O objetivo desses grupos — o primeiro de caráter particular e o segundo, privado, com aparência de público — é expressar o Estado Integral, ou seja, uma organização estrutural em que o grupo hegemônico exerça controle. Embora esse modelo se apoie na coerção e na violência, não é sustentável governar apenas com tais instrumentos; por isso, o convencimento popular torna-se fundamental.

As tratativas para a realização das vontades políticas começam em 1935. Nesse ano, com a expansão do rádio, o então presidente busca apoio popular ao denunciar a ameaça que pairava sobre o país, produzindo este anúncio:

---

2 Sobre o medo: <<https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/regina-duarte-ressuscita-frase-eu-tenho-medo-pela-lideranca-de-lula>>. Último acesso ao link, 03/02/2025

3 Sobre este aspecto, recomendamos a leitura: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288\\_960840.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html)> Último acesso ao link, 03/02/2025

4 Para explicar o Estado integral, recomendamos a leitura de Carlos Nelson Coutinho e seu livro “Fontes do Pensamento Político GRAMSCI” L&PM, 1981.

“O comunismo”, informou Vargas à nação pelo rádio, à meia-noite de 31 de dezembro, “constituiu-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 373).

Esse suposto perigo foi construído no imaginário popular e documentado como Plano Cohen (SCHWARCZ; STARLING, 2018) — um dos mais notórios documentos falsos da história contemporânea brasileira. Tal artifício possibilitou o estabelecimento da ditadura de Vargas - o Estado Novo - instaurada em 10 de novembro de 1937 e mantida formalmente até 31 de janeiro de 1946.

Nesse contexto, identifica-se outro elemento de construção do consenso: a falsificação histórica para criar um perigo interno — recurso que Jair Bolsonaro também utilizou na campanha eleitoral de 2018, ao alegar dominação/doutrinação comunista nas escolas, universidades e a suposta erotização de crianças.

Paulo Freire, em *Educação como prática da liberdade*, permite-nos aprofundar essa discussão:

Na manutenção desta alienação. Daí que coerentemente se arregimentassem — usando todas as armas contra qualquer tentativa de esclarecimento das consciências, vista sempre como séria ameaça a seus privilégios. É bem verdade que, ao fazerem isto, ontem, hoje e amanhã, ali ou em qualquer parte, estas forças distorcem sempre a realidade e insistem em aparecer como defensoras do Homem, de sua dignidade, de sua liberdade, apontando os esforços de verdadeira libertação como “perigosa subversão”, como “massificação”, como “lavagem cerebral” — tudo isso produto de demônios, inimigos do homem e da civilização ocidental cristã. (FREIRE, 2021, p.53)

A partir desse trecho, Freire mostra como a construção de um sentido educacional/social, baseado no medo da ameaça comunista, contribuiu para a formação de uma sociabilidade excludente e violenta – da qual Jair Bolsonaro se apresenta como representante eleitoral.

Retomando o período de Vargas — marcado pela centralização de demandas no Estado e, em outras palavras, pela construção de uma estrutura na qual nossa sociabilidade passou a se articular —, destacam-se, entre seus efeitos mais relevantes, a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e a ampliação dos direitos dos trabalhadores, que atendiam a anseios do movimento operário organizado. Assim, o governo Getúlio Vargas instituiu instrumentos que condicionaram a ação da sociedade brasileira à centralidade do Estado.

Por outro lado, as Forças Armadas, desde o início com um projeto distinto, tiveram sua atuação descrita por Boris Fausto em *III. O Brasil Republicano – Sociedade e Política* (1930-1964).

[...] expansão e fortalecimento das Forças Armadas e sobretudo a importância do processo de identidade e autonomia do Exército<sup>5</sup>, processo que implicaria uma nova

---

5 Rodapé do livro: O referido processo de autonomia crescente do Exército, definindo-se como corporação específica, como instituição propriamente militar, é analisado por Edmundo Campos Coelho, Em busca da

visão de suas relações com a sociedade, bem como uma reavaliação de suas funções face à comunidade nacional. Se entre 1930 e 1934, o exército ainda se encontrava dividido, submetido a diversas linhas de chefia e liderança, as repercussões de importantes eventos políticos nos planos internos e externos, durante o período que estamos considerando, principalmente a II Guerra Mundial e a intentona Comunista em 1935, levariam ao fortalecimento da organização, pelo reforço dos princípios hierárquicos e pela consolidação de um grau significativo de coesão interna e de unidade de comando. (FAUSTO, 1997, p.117-18)

O período representou, para as Forças Armadas, um processo de centralização e fortalecimento da hierarquia: à medida que conquistavam apoio popular, profissionalizavam-se e internacionalizavam-se por meio de suas participações em conflitos armados.

Em síntese, a organização social brasileira entre 1930 e o início da década de 1950 permite identificar elementos de permanência em nossa sociedade, que atuam como organizadores de sentidos políticos e sociais. Entre eles, destacam-se o medo, o anticomunismo e a centralidade do Estado como palco de disputa política entre forças antagônicas.

Outro fator importante é a mudança promovida pela comunicação via rádio, cuja rapidez na difusão de informações contribuiu significativamente para a proliferação e reprodução de notícias falsas. Além disso, vale destacar o processo de modernização das Forças Armadas como um projeto particular: essa modernização não representava, diretamente, um interesse do Estado, mas sim dos líderes dessas instituições, que percebiam a necessidade de novas tecnologias, condutas e outros elementos capazes de transformar a corporação.

## **A SEGUNDA COMO FARSA: A MODERNIDADE A PARTIR 1964 E O BOLSONARISMO**

A partir dos acontecimentos do período Vargas, compreende-se que as instituições brasileiras passaram por um processo de modernização — embora de forma autônoma e concorrente à vontade popular, sem necessariamente incluí-la. Essas contradições emergem nesse contexto e atingem seu ápice em 1964, com o golpe civil-militar.

Entretanto, a análise da construção desse golpe deve considerar a formulação da Doutrina de Segurança Nacional. Com base na dissertação de Bruno dos Santos Azevedo, *A Doutrina de Segurança Nacional e a “Nova Direita” na América Latina: uma análise do caso brasileiro*<sup>6</sup>, observamos que seu desenvolvimento se fundamenta em três eixos:

Desenvolvida no contexto da guerra fria, essa doutrina se baseava em postulados anteriores, mas basicamente enfrentava a questão de que a ameaça externa, no caso o “comunismo” não precisava necessariamente da expansão militar de seu principal agente, a URSS,

---

Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira, op. Cit., especialmente pp.99/119.

6 Dissertação disponível em: < <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/08e75e43-b0d2-4896-ad66-cccc8ab20606/content>>. Último acesso em: 05/06/2025.

para se instalar nos países, conforme ocorreu em Cuba. Por isso, era necessário, para manter coeso o bloco ocidental, garantir que não houvessem ameaças internas nos países que pudessem subverter a ordem estabelecida e aderir ao socialismo. Por isso, ainda que voltada para o contexto internacional, em grande medida, a política de Defesa dos EUA orientava-se também à segurança interna, ou nacional, através de uma doutrina elaborada sob a ótica do combate ao “inimigo” e sob a estratégia de “guerra total” (AZEVEDO, 2024, p.65)

Essa forma de pensamento militar-social, consolidada no período da Guerra Fria, encontrou terreno fértil na sociabilidade brasileira, historicamente estruturada pela exclusão social e pelo controle político. Ainda segundo Azevedo, os principais aspectos dessa doutrina revelam;

Essa doutrina é chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e agrega uma ideologia militarista - baseada em estabelecer o controle militar, político e ideológico - a fim de inibir quaisquer perturbações à ordem social, atribuídas sempre a um inimigo interno (que também é externo), no caso, os comunistas, termo usado para definir todos os considerados adversários, inimigos, que agiam contra o interesse do Estado ou das Forças Armadas, quando essas ainda não estavam no poder, mas almejavam tomá-lo sob a justificativa de restabelecer a “ordem” frente a supostas ameaças subversivas. Segundo a DSN, o mundo se encontrava agora em uma dualidade “irreconciliável” entre o ocidente cristão capitalista e o oriente socialista (Rivera 2017). (AZEVEDO, 2024, p.65)

Essa dualidade se refletia nos conflitos internos dos países latino-americanos, cujas forças nacionalistas apontavam o comunismo como ameaça à cultura ocidental, aos valores judaico-cristãos e à sobrevivência do “homem comum” (AZEVEDO, 2014). A resposta sugerida era clara: caberia aos militares tomarem as rédeas do poder para preservar a ordem.

“Según esta doctrina, no había actos neutros, ni existía diferencia entre el estado de paz y el estado de guerra. La paz no era sino la continuación de la guerra. La paz era la Guerra Fría (Bidegain, 1983 apud Rivera, 2017). (AZEVEDO, 2024, p.65)

A Doutrina de Segurança Nacional apresenta-se como uma resposta à demanda social anticomunista, em um contexto de efervescência alimentado pelo medo da organização social das classes populares — que, à época, demonstravam sintonia com as propostas do governo. Em 1964, o então presidente João Goulart liderava um projeto de reformas de base, cujo objetivo era reorganizar o Estado a partir de uma nova estrutura econômica, política e social, reavivando o temor diante da suposta ameaça comunista.

Esse medo foi suficiente para articular o alinhamento da classe média, de setores da Igreja e das Forças Armadas, encontrando amplo respaldo na imprensa brasileira. Luiz Antônio Dias, em seu livro *Vozes de 1964: Imprensa, militares e opinião pública*, evidencia o quanto os meios de comunicação contribuíram para a viabilização do golpe,

As greves constantes – outro elemento destacado nessa matéria da Folha de S. Paulo, como consequência do avanço do comunismo no Brasil – também-, serviam de

munição para os ataques do jornal. A própria charge<sup>7</sup>, junto ao título “Uma Ideologia Ameaça o Brasil”, faz uma situação caótica promovida por grevistas. Em muitos momentos, João Goulart foi acusado de fomentar as greves, além de apoiar os radicalismos com relação às Reformas de Base. “[...] É que tem sido, durante os dois últimos anos da gestão do presidente João Goulart, estimulador inconsciente dos movimentos grevistas a ponto de criar um clima que lhe favorece a deflagração mesmo quando ela não interessa à União” (GREVE, 1964, p.4) (DIAS, 2021, p.60)

A partir do fragmento, observamos os anseios da classe trabalhadora à época e a centralidade do Estado nesses conflitos. Se, anteriormente, os embates por interesses laborais careciam de parâmetros formais de direitos e garantias, com o advento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os movimentos sindicais passaram a contar com uma base legal para sustentar suas reivindicações, o que fortaleceu significativamente as ações grevistas.

A imprensa — interessada na construção de um consenso, conforme nos propõe Gramsci (s.d.) — passou a retratar o momento com crescente preocupação em relação ao governo de João Goulart, sua suposta proximidade com o comunismo<sup>8</sup> e os problemas decorrentes das greves, preocupação compartilhada pelos militares.

Além disso, outro fator que gerava desconforto nas Forças Armadas nesse período era a questão da hierarquia — tema que retomamos, a seguir, com base na obra anteriormente citada, para aprofundar a análise.

Os militares por sua vez, indicavam que essa - situação além da “ameaça comunista” e da quebra de hierarquia - era um dos graves problemas do momento que, inclusive, levou a população às ruas para exigir a intervenção dos militares. (DIAS, 2021, p.61)

Ao aprofundar este fragmento, percebemos que a preocupação dos militares era a da estabilidade social, baseada em uma organização de sociabilidade excludente e contraditória. Outro aspecto importante identificado neste fragmento é a lógica do inimigo interno, segundo a qual as Forças Armadas deveriam atuar para restaurar a harmonia.

O que podemos observar até o momento em nosso texto é que a estrutura do Estado brasileiro é violenta desde a sua concepção e seu funcionamento não permite a participação popular, visando, em vez disso, garantir as permanências sociais. Outro fator relevante é a existência de duas formas de modernidade competindo pela organização nacional, projetos que se tornam claros à luz do golpe civil-militar de 1964, marcado pela disputa de forças neste período. Ao fim deste processo, o bloco vencedor foi aquele encabeçado pela modernidade das Forças Armadas, estruturado com base na violência e hierarquia, ou seja, a estruturação baseada na Doutrina de Segurança Nacional.

---

7 A charge que o livro apresenta uma briga de homens generalizada e os cartazes com as seguintes inscrições: GREVE; 90% de AUMENTO; QUEREMOS GREVE

8 O discurso que Jango era comunista surge do seu período em que foi Ministro do Trabalho, entre 1953-54, durante o governo Vargas. A associação entre o suposto comunismo de Jango está relacionada ao aumento de 100% no salário-mínimo.

O golpe de 1964 representou, naquele período, a consolidação de uma hegemonia (GRAMSCI, s.d.) capaz de conferir sentido econômico e político à violência, além de instaurar hierarquias fundamentadas no medo e nos processos de sociabilidade no país. Nesse contexto, houve o apoio da classe média e de setores populares, motivado pela expansão industrial e pelo fortalecimento da construção civil pesada, intensificados pelo êxodo rural — fenômeno que aprofundou as contradições socioeconômicas.

Este período ficou conhecido como “milagre econômico” devido aos indicadores da época. Contudo, para reconhecer essa premissa seria necessário ignorar os problemas gerados pela gestão civil-militar<sup>9</sup>. A lógica militar na economia pode ser observada na argumentação do então ministro da Fazenda, Delfim Netto, no período de 1967 a 1973, ao afirmar que era preciso “fazer crescer o bolo para depois dividi-lo”<sup>10</sup>.

A modernidade militar, ao institucionalizar formas hierárquicas de convivência, conferiu sentido ao medo e instituiu um arcabouço jurídico de controle social — os Atos Institucionais — destinados a legitimar as ações do regime. Ao todo, foram editados dezessete<sup>11</sup> Atos Institucionais, que formalizaram hierarquias e aprofundaram as exclusões que o governo de Jango buscava reverter — razão pela qual era rotulado de comunista. Refletir sobre economia e repressão concomitantemente, no contexto da formação e atuação da ditadura civil-militar brasileira, significa aprofundar o debate sobre a Doutrina de Segurança Nacional, retomando a dissertação já mencionada de Azevedo;

O binômio “segurança e desenvolvimento” é central na doutrina. Segundo Lentz (2019), a doutrina entende segurança como a “manutenção de valores tradicionais, ordem, equilíbrio” e o desenvolvimento como “inovar, renovar, atualizar, aprimorar, progredir”. A combinação do binômio resulta, portanto, no objetivo de realizar uma modernização conservadora, ou seja, um desenvolvimento econômico nacional que mantenha a ordem e os “valores tradicionais”, o que condiz com os objetivos dos Estados Unidos, que pretendiam um alinhamento político e econômico dos Estados do continente com a garantia do controle da subversão interna. O uso dos programas de ajuda econômica e militar alinhados ao treinamento de oficiais buscavam garantir que houvesse desenvolvimento suficiente para afastar o descontentamento subversivo ao mesmo tempo em que deveria haver segurança suficiente para impedir agitações sociais que pudessem ameaçar este desenvolvimento.” (AZEVEDO, 2024, p.68)

Esse processo, descrito no fragmento anterior, favoreceu a acumulação de renda na sociedade brasileira e naturalizou o temor do “inimigo interno”: as classes populares passaram

---

9 Sobre os problemas desta forma de gerenciar a economia durante este período recomendamos: < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c17d57rqeexo> > Último acesso em 06/03/2025.

10 Antônio Delfim Netto, sobre uma breve biografia, recomendamos: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>>. Último acesso em 06/03/2025

11 Sobre os dezessete atos institucionais, recomendamos: < <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais> >. Último acesso em: 05/06/2025

a ser enxergadas como ameaça iminente, o que justificou o uso da força como principal instrumento de intervenção em questões sociais. Nesse contexto, o comunismo — isto é, os partidos de esquerda e demais movimentos contrários à ditadura civil-militar — além dos proletários, tornou-se o motor da modernidade militar, sustentada pelo medo e pela legitimidade da violência estatal.

Stephen Graham em seu livro *Cidades Sitiadas: O novo urbanismo militar*, apresenta um argumento importante para compreender o contexto histórico do Brasil: “Na ausência de um inimigo uniformizado, os próprios grupos urbanos se tornam o inimigo principal” (GRAHAM, 2016, p. 166). Isso permitiu a normatização da violência pelas estruturas públicas, sendo o DOI-CODI<sup>12</sup> a mais conhecida. O livro *Direito à Memória e à Verdade* Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, produzido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República apresenta uma síntese do que foi essa organização e sua atuação:

A experiência da OBAN como centralizadora das ações repressivas em São Paulo foi aprovada pelo regime militar, que resolveu estender seu formato a todo o País. Nasceu então o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna, lembrado ainda hoje pela temível sigla DOI-CODI, que formalizou no âmbito do Exército um comando englobando as três Armas. Com dotações orçamentárias próprias e chefiado por um alto oficial do Exército, o DOI-CODI assumiu o primeiro posto na repressão política no país. No entanto, os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e as delegacias regionais da Polícia Federal, bem como o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) mantiveram ações repressivas independentes, prendendo, torturando e eliminando opositores. Esse gigantesco aparelho repressivo chegou a atuar também fora do país. Em 1972, deixou sua marca na Bolívia, após o golpe que derrubou Juan José Torres; em 1973, no Chile e no Uruguai; e em 1976, na Argentina. Essa expansão tentacular foi relatada por vários exilados submetidos a interrogatórios por agentes brasileiros quando presos naqueles países. Os agentes brasileiros explicavam sua presença no exterior como parte de uma missão para treinar em técnicas de interrogatório e tortura seus colegas bolivianos, chilenos, argentinos e uruguaios. (Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007, p.23)

A estruturação do DOI-CODI tornou-se o principal símbolo do aparelho repressivo neste período, devido à sua violência e atuação em várias localidades, como demonstrando na citação. Embora não tenha sido o único instrumento de repressão, o DOI-CODI evidenciou a articulação de estruturas destinadas a preservar a sociabilidade hierárquica instaurada pela modernidade militar.

O ciclo de violência estatal, formalizado durante o regime civil-militar, só se encerrou

---

12 Abreviatura de: Destacamento de Operação de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

em 15 de março de 1985. Porém, o fim do governo não significou o desaparecimento da violência como forma de organização social.

Paulo Ribeiro da Cunha, em seu artigo intitulado “Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico” analisa como a modernidade militar foi blindada contra punições por seus atos “Ao longo da história republicana brasileira, tivemos 48 anistias: a primeira em 1895 e a última em 1979<sup>13</sup>, e muitas delas, para não dizer a totalidade, norteadas pela categoria conciliação<sup>14</sup>” (CUNHA, 2010, p.15).

Cunha também menciona a tese de Paulo Mercadante sobre a sua funcionalidade: “[...] por um lado, o reflexo da face mercantil feudal; ou, por outro lado, muito presente na nossa história, a conciliação de liberalismo econômico com a escravatura nos tempos do Império<sup>15</sup>. (CUNHA, 2010, p.15). Em outras palavras, nossa estruturação social permite acordos com diversos atores<sup>16</sup>, visando à permanência das estruturas excludentes.

A partir de 1990, com o fim da Guerra Fria, inaugurou-se uma nova ordem mundial cujo impacto foi sentido em nosso território. Essa fase do capitalismo contrapõe-se ao projeto militar: enquanto antes se justificava pelo lema “ampliar para depois compartilhar”, agora impera o “lucro individualizado e imediato”, fruto de uma dinâmica de mercado mais acelerada. Nesse cenário, a ameaça do comunismo perde força diante da conjuntura internacional. No entanto, apesar dessa transformação — da redução do medo anticomunista e da mudança das diretrizes econômicas —, a violência contra as classes populares permaneceu intacta, como mostra Maria Rita Kehl em *Tortura: um sintoma social*;

Soube, pelo professor Paulo Arantes, que a polícia brasileira é a única na América Latina que comete mais assassinatos e crimes de tortura na atualidade do que no período da ditadura militar. A impunidade não produz apenas a repetição da barbárie:

---

13 Rodapé do livro: Flavia Burlamaqui Machado, *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)* (Dissertação de Mestrado em História Social, Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/PPGHIS, UFRJ, 2006), p. 91

14 Rodapé do livro: A rigor, esta reflexão histórica sobre o conceito de conciliação é igualmente contemporânea e encontra análises interessantes em curso; mas também encontrava subsídios numa leitura bem anterior e que em muito influenciou o debate político no Brasil. Somente a título de ilustração, José Justiniano da Rocha pontificava, nos primeiros anos do Império, as bases desta categorização. E ele não foi um caso isolado, já que estes fundamentos estiveram presentes em muitas obras e autores nas décadas seguintes e na República, ao longo do século XX. Mais recentemente, após a ditadura militar, a própria transição negociada refletiu este pressuposto conciliatório e há mesmo adjetivações várias ao processo. Mezarobba, por exemplo, qualifica esta fase de “conciliação pragmática”; outros, como Soares, operam com o conceito de transição, embora com pressupostos conciliadores análogos inseridos neste processo. Sobre este debate, ver: José Justiniano da Rocha, “Ação, reação e transação” (1855), em *Três panfletários do Segundo Império* (São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956); Glenda Mezarobba, *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)* (Tese de Doutorado, São Paulo, Depto. de Ciência Política da FFLCH USP, 2008), Introdução; Samuel Alves Soares, *As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)* (São Paulo, Edunesp, 2006), caps. II-III.

15 Paulo Mercadante, *A consciência conservadora no Brasil* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980).

16 Neste momento realizamos uma referência direta aos áudios de Romero Jucá demonstrando esta permanência em nossa sociedade: < <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/05/em-gravacao-juca-sugere-pacto-para-deter-lava-jato-diz-jornal.html> > . Último acesso em: 10/03/2025.

tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz. (KEHL, 2010, p.124)

A citação de Kehl expõe, na prática, os problemas enfrentados pela nossa sociabilidade: não responsabilizamos os agentes pelos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar, tampouco desarticulamos as estruturas que sustentavam esse modelo de convivência. Essa permanência da violência — que ainda molda a sociedade brasileira — recebeu nova legitimação justamente porque não foi questionada ao longo do processo de redemocratização burguesa (FERNANDES, 1976). Dessa forma, a nova configuração socioeconômica faz uso desse instrumento de coerção sem qualquer constrangimento. Conclui-se, portanto, que um dos pilares essenciais do controle social da ditadura permaneceu intacto após o seu desmantelamento.

A partir deste momento, observamos uma sequência de ações policiais de barbárie, entre as quais se destacam a *Favela Naval*<sup>17</sup>, a *Chacina da Candelária*<sup>18</sup>, o *Massacre do Eldorado dos Carajás*<sup>19</sup> e o *Massacre do Carandiru*<sup>20</sup>. Tais atrocidades são frequentemente apresentadas pela imprensa como casos isolados — problemas que, supostamente, poderiam ser resolvidos com melhor treinamento ou aparelhamento. No entanto, essa visão ignora o fator histórico aqui debatido. Quando o Estado e suas instituições realizam essas ações, estão reproduzindo o projeto político para o qual foram concebidos: a continuidade da Doutrina de Segurança Nacional. Não podemos esperar algo diferente de um projeto que vem sendo gestado desde 1930 e ganhou forma política e operacional a partir de 1964.

Ao constatar que a década de 1990 se caracterizou pela brutalidade estatal, torna-se essencial reconhecer que esse período também foi palco de formação e articulação de movimentos empenhados em disputar os rumos nacionais. Essas iniciativas se expressaram por meio de movimentos sociais, comunidades de base e partidos de centro-esquerda, com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT), que buscou transformar a realidade por meio da atuação eleitoral.

Esses movimentos e articulações enfrentaram derrotas e vitórias ao longo do período, culminando, em 2003, na ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva. A disputa eleitoral e a vitória do PT foram sintetizadas na manchete da Folha de S. Paulo de 27 de outubro de 2002: “*A esperança venceu o*

---

17 Sobre a Favela Naval e o julgamento de um dos PM, recomendamos: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/vale/vl09109807.htm>>. Último acesso em: 10/03/2025

18 Sobre a Chacina da Candelária, recomendamos: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/23/chacina-da-candelaria-30-anos-menores-ainda-estao-vulneraveis-no-brasil-segundo-pessoas-proximas-das-vitimas.ghtml>> Último acesso em: 10/03/2025

19 Sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás, recomendamos: < <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/04/25-anos-do-massacre-de-eldorado-do-carajas.shtml>> Último acesso em: 10/03/2025

20 Sobre o Massacre do Carandiru, recomendamos: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/02/massacre-do-carandiru-30-anos-da-maior-chacina-numa-prisao-brasileira.ghtml>> Último acesso em: 10/03/2025

*medo”, diz Lula em pronunciamento em SP”<sup>21</sup> (FOLHA DE S. PAULO, online).*

Antes de assumir a presidência, vale destacar um dos últimos atos de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, resumido na máxima “O direito constitucional passa; o direito administrativo permanece”: a persistência da estrutura administrativa de 1967;

Até mesmo o arcabouço jurídico da Doutrina de Segurança Nacional, a Lei de Segurança Nacional, não foi abolido. Isto sem falar na decisão de FHC, em 27 de dezembro de 2002, quatro dias antes do término do seu mandato, de assinar o Decreto 4.553, sobre o sigilo de documentos. Estabeleceu um prazo da liberação de alguns documentos tão amplo como o de ditaduras. Sua decisão foi tomada quando se intensificavam os clamores sobre a elucidação dos fatos referentes à Guerrilha do Araguaia e a suspeita de uso de tortura institucionalizada por parte do Exército. E os prazos para publicização de documentos sobre este período estavam prestes a expirar. Havia o receio de que Lula pudesse revelar tais documentos. Lula optou por não confrontar os militares. (BERCOVICI, 2010, p.70)

Como a citação mostra, o funcionamento de nossa democracia burguesa (FERNANDES, 1976) depende de mecanismos que garantam seu funcionamento e ao mesmo tempo ocultem a violência como instrumento de manutenção do poder. Conforme evidenciado ao final da citação, a tônica governamental foi ambígua<sup>22</sup>: ora acenava às permanências aqui discutidas, ora propunha rupturas — como exemplifica o documento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

A imprensa, nesse período, atuou para consolidar o consenso (GRAMSCI, S.d) em torno da manutenção das permanências históricas e para criticar qualquer projeto inclusivo<sup>23</sup> ou iniciativa de reversão do processo de violência institucionalizado em nossa sociedade<sup>24</sup>. Outro aspecto relevante é que, a partir do governo do PT, reapareceu no debate público o espectro do comunismo (MARX; ENGELS, 2005) rondando o Brasil. Esse ressurgimento evidencia a persistência histórica na construção de uma “ameaça comunista” interna e sui generis, justificada sempre que surgem propostas de inclusão social para além do mero enfrentamento da violência estatal — o que, por sua vez, reforçou a resposta militar alicerçada na Doutrina de Segurança Nacional.

---

21 Para ler a reportagem: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41584.shtml>>. Último acesso em 11/03/2025.

22 Sobre as contradições do governo PT, recomendamos a leitura dos livros: *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*; *Cinco Mil dias O Brasil na era do Lulismo*;

23 Dentre tantos exemplos, recordamos o artigo de Reinaldo de Azevedo na revista *Veja*, intitulado “A cascata das cotas e a maioria silenciosa” < <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/a-cascata-das-cotas-e-a-maioria-silenciosa>> Último acesso em 11/03/2025.

24 Dentre tantos exemplos, recomendamos o artigo de Reinaldo de Azevedo na Revista *Veja*, intitulado “A comissão da verdade é revanchista, sim!” < <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/a-comissao-da-verdade-e-revanchista-sim>> Último acesso em 11/03/2023.

É na tentativa de combater esse espantalho — a suposta “ameaça vermelha” — que o movimento bolsonarista se articula, apresentando-se como verdadeiro defensor da democracia brasileira e reivindicando a Doutrina de Segurança Nacional como via eleitoral. Em *Guerra Cultural e Retórica do Ódio*, João Cezar de Castro Rocha mostra como a ausência de um enfrentamento efetivo desse modelo de organização social permitiu sua reestruturação na sociedade brasileira e, conseqüentemente, seu sucesso nas urnas:

A reorganização subterrânea da direita proporcionou no início mesmo da redemocratização, já em 1985, e se adensou na década de 1990, recrudescendo, e muito, em 2002 com a primeira vitória eleitoral do PT à presidência. O triunfo de Dilma Rousseff, em 2010, e a instalação da Comissão da Verdade, em 19 de novembro de 2011, forneceram o combustível que faltava para a explosão de uma energia que se acumulou por duas décadas. Nessa atmosfera, um dado fundamental não devidamente considerado: Jair Bolsonaro obteve sua votação mais expressiva precisamente em 2014, quando obteve uma conquista inédita, tornando-se o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro, com 464.572 votos (ROCHA, 2021, p.130).

À medida que o ex-militar Jair Messias Bolsonaro se popularizava — impulsionado pela disseminação da internet<sup>25</sup> e das redes sociais na vida cotidiana dos brasileiros —, o pensamento da Doutrina de Segurança Nacional tornou-se cada vez mais presente e sem contraponto efetivo, pois nunca foi realmente combatido, convertendo-se em parte da sociabilidade brasileira.

A construção de Bolsonaro como ator político apoia-se, como mostra João Cezar de Castro Rocha, em embates que ocultaram seu histórico militar: “O capitão, reformado para não ser expulso em desonra, encontrou seu bilhete premiado na oposição radical e sem trégua à presidente Dilma Rousseff.” (ROCHA, 2021, p.130).

Após o golpe enfrentado por Dilma, que a retirou da presidência, Jair Bolsonaro disputou a eleição de 2018 reforçando o discurso de combate aos “inimigos internos”<sup>26</sup>. Nesse processo, o bolsonarismo não introduziu algo novo à sociedade brasileira, mas sim obteve legitimação eleitoral para uma forma de atuação social preexistente, garantindo o retorno oficial da lógica da Doutrina de Segurança Nacional. As redes sociais foram essenciais a esse projeto, mas devem ser compreendidas em seu contexto histórico, pois Bolsonaro as utilizou para se apresentar como expressão eleitoral de uma prática de controle social já naturalizada.

---

25 Sobre a popularidade de Bolsonaro na internet, recomendamos < <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/34050/tudo-o-que-voce-sempre-quis-saber-sobre-bolsonaro-mas-tinha-medo-de-perguntar> > Último acesso em 11/03/2025.

26 Em 2018, o então candidato Jair Messias Bolsonaro no Acre pronunciou “Fuzilar a petralhada”. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/eleicoes/no-acre-bolsonaro-fala-em-fuzilar-a-petralhada-e-envia-los-a-venezuela/> >. Em 2022, um apoiador do então candidato à reeleição assassinou um Petista durante uma festa < <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/09/09/assassinado-tesoureiro-do-pt-dois-meses-apos-crime-acusado-que-e-apoiador-de-bolsonaro-ainda-nao-foi-ouvido.ghml> > Último acesso em 11/03/2025.

Jair Messias Bolsonaro representa, na sociedade brasileira, uma rearticulação do poder político segundo uma lógica hierarquizante que envolve as Forças Armadas e se estende à classe média e aos setores populares — como mostram seus expressivos resultados eleitorais e a normalização de seus discursos na imprensa e em órgãos oficiais da União<sup>27</sup>.

A difusão do bolsonarismo nas redes sociais apoia-se em práticas cotidianas historicamente construídas que normalizaram a violência institucional como forma de organização social. Essas plataformas cumprem hoje o mesmo papel que rádios e jornais exerceram nas décadas de 1930 e 1960: funcionam como elemento aglutinador na formação de trincheiras em disputa.

Assim, o bolsonarismo simboliza a continuidade de uma modernização violenta na vida nacional e, ao mesmo tempo, ensaia uma tímida renovação política que permanece ativa à espera de novas oportunidades.

### **E ESSA MESMA CARICATURA SE REPETE NAS CIRCUNSTÂNCIAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE TRAGÉDIAS E FARSAS**

A construção histórica desenvolvida neste texto busca contribuir com uma longa tradição que debate a violência no Brasil, entendida como produtora de formas específicas de organização social e sociabilidade. Essa longa marcha assumiu diversas feições ao longo do tempo: um processo modernizante na década de 1930, um caráter prático durante a ditadura civil-militar com a implementação do DSN e, mais recentemente, um viés experimental-eleitoral com a eleição de Bolsonaro. Por ser um sintoma persistente, abordamos cada parte deste percurso à luz de trechos da obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx.

O início do texto representa a tragédia, onde as contradições se formam a partir das disputas do período e da práxis social, construindo um terreno marcado pela ambiguidade e tendo a violência como principal forma de resolução de conflitos. A busca por modernização só foi possível mediante o fortalecimento do Estado, o que conferiu ao indivíduo funções e direitos diante desse Leviatã. Contudo, essa participação não se dá de forma harmoniosa, mas hierárquica, tornando a convivência nesse ambiente limitada às possibilidades humanas.

Esse incômodo de tom trágico desembocou numa farsa: o golpe civil-militar brasileiro, apoiado pela classe média, por setores populares e pela imprensa, sob o pretexto de “restaurar” uma democracia supostamente ameaçada por um comunismo inexistente, o que abriu caminho à aplicação irrestrita da Doutrina de Segurança Nacional.

Porém, a farsa não se limita ao mito do comunismo - ela se desdobra em dois momentos. No primeiro, a retórica da defesa da democracia foi utilizada, na prática, para preservar

---

27 Dentre os inúmeros exemplos que poderiam ser citados < <https://www.camara.leg.br/noticias/502095-conselho-de-etica-rejeita-processo-contra-bolsonaro-por-citar-brilhante-ustra/>>. Último acesso em 11/03/2025.

uma sociabilidade não democrática e impedir a conscientização e a transformação político-social das classes subalternas. Simultaneamente, o chamado “milagre econômico” — cujos indicadores são, na verdade, duvidosos — não trouxe melhorias generalizadas, mas intensificou a concentração de renda em favor da burguesia nacional que sustentou o golpe.

O segundo equívoco manifesta-se em seu desfecho legal: embora o regime tenha oficialmente terminado em 1985, suas estruturas e métodos nunca foram de fato revisados, deixando o espectro do DSN a pairar sobre a sociedade brasileira. Essa doutrina continua a orientar parâmetros eleitorais e a sustentar um projeto político social inserido em nosso cotidiano. Além disso, não foram promovidas medidas para reverter a concentração de riqueza gerada durante a ditadura, estreitando o vínculo entre desigualdade social, violência estatal e a perpetuação da nossa democracia burguesa.

A estrutura das Forças Armadas é formada por sujeitos militares que não buscam criar uma realidade, mas sim aplicar seus preceitos a um processo já instituído, pautado na lógica de “inimigos internos” — categoria que nunca chegou a ser efetivamente confrontada durante a redemocratização burguesa. Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores e a posse da presidenta Dilma Rousseff, foram implementados mecanismos para questionar essas instituições e seus líderes pelos crimes cometidos durante o regime civil-militar, obrigando esses fantasmas a reaparecerem para sustentar a ordem social que ajudaram a edificar.

A aposta das Forças Armadas recaiu, então, sobre o ex-capitão Jair Messias Bolsonaro, capaz de mobilizar um fenômeno eleitoral cujos seguidores ficaram conhecidos como bolsonaristas. Assim como na década de 1960, esses grupos não trazem propostas verdadeiramente inovadoras, mas procuram preservar hierarquias e valores internalizados — valendo-se de narrativas políticas e de instituições de segurança —, ou seja, baseiam-se em uma construção alicerçada na negação política e social.

Bolsonaro soube aproveitar a tecnologia digital própria do nosso período histórico — especialmente a internet e as redes sociais — para fortalecer discursos que jamais foram efetivamente combatidos e que sempre permearam nosso cotidiano, ora por meio da grande mídia, ora por pronunciamentos governamentais. O movimento bolsonarista, ao assimilar os elementos estruturais do Estado integral, procura, a partir de seu domínio das redes, neutralizar os “retardatários” de seu projeto, como grupos de esquerda e contrários ao seu projeto, baseados em uma releitura do DSN e ecos da Guerra Fria.

Outro aspecto que essa organização busca adotar é o rótulo de “neutra” e “não radical”, estratégia compreensível se considerarmos que ela se apoia em práticas e valores historicamente não questionados em nossa sociedade. Chegamos, assim, ao ponto central do texto: a ditadura civil-militar e o bolsonarismo são sintomas, não as causas da nossa violência social. A verdadeira origem desse problema reside no processo perene de exclusão social e econômica, que visa homogeneizar e restringir as diferenças. Em síntese, a eleição e o governo de Bolsonaro podem ser vistos como uma espécie de puberdade tardia da nossa configuração social e política, ainda viva e em busca de novas oportunidades de expressão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Bruno dos Santos. A Doutrina de Segurança Nacional e a "Nova Direita" na América Latina: uma análise do caso brasileiro. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu - PR, 2024
- BRASIL. Direito à memória e à justiça. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- BERCOVICI, Gilberto. "O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece": a persistência da estrutura administrativa de 1967. In. O que resta da ditadura: a exceção do caso brasileiro. SAFATLE Vladimir e TELES Edson (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010 (Estado de Sítio) pp. 77-90
- COUTINHO, Carlos Nelson. Fontes do Pensamento Político Gramsci. Carlos Nelson Coutinho. Porto Alegre: L&M, 1981
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In. O que resta da ditadura: a exceção do caso brasileiro. In. O que resta da ditadura: a exceção do caso brasileiro. SAFATLE Vladimir e TELES Edson (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010 (Estado de Sítio) pp.15-40
- DIAS, Luiz Antônio. Vozes de 1964: imprensa, militares e opinião pública. Curitiba: CRV, 2021.
- FAUSTO, Boris. III. O Brasil Republicano 3. Sociedade e Política (1930-1964) / por Ângela Maria de Castro Gomes... [et al.]. - Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.
- FLORESTAN, Fernandes. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1976.
- GRAHAM, Stephen. Cidades Sitiadas: O novo urbanismo militar. Tradutor Alyne Azuma. -1. Ed- São Paulo: Boitempo, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. Tradução: Gabriel Bogossian Notas Alvaro Bianchi, - São Paulo: Hedra: 2008.
- \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira.
- IRA, Shor; FREIRE, Paulo. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Tradução: Adriana Lopez; Revisão técnica: Lólitó Lourenço de Oliveira - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- KHEL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In. O que resta da ditadura: a exceção do caso brasileiro. SAFATLE Vladimir e TELES Edson (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010 (Estado de Sítio) pp.123-32
- MARINGONI, Gilberto, MEDEIROS, Juliano (Orgs.) Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo. 1. Ed. - São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.
- MARX, Karl. A guerra civil na França. Tradução Rubens Enderle - São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engles)
- \_\_\_\_\_. O 18 de brumário de Luís Bonaparte / Karl Marx; [tradução e notas Nélío Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)
- \_\_\_\_\_. ENGLES, Friedrich. Manifesto Comunista. Tradução: Álvaro Pina, - São Paulo: Boitempo: 2005.
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição: tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho)
- FREIRE, Paulo Pedagogia do oprimido. -71 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra, 2019.
- \_\_\_\_\_. Educação como prática da liberdade. 50 ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2021.

ROCHA, João cezar de Castro. Guerra Cultural e Retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-Político; posfácio de Cláudio Ribeiro, -- 1.ed. – Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. Brasil uma biografia. – 2.ed.- São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SINGER, André, LOUREIRO, Isabel. As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?. São Paulo: Boitempo., 2016.

#### SITES

AZEVEDO, Reinaldo. Revista Veja. A cascata das cotas e a maioria silenciosa < <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/a-cascata-das-cotas-e-a-maioria-silenciosa>> Último acesso em: 11/03/2025.

\_\_\_\_\_. Revista Veja. A comissão da verdade é revanchista, sim! < <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/a-comissao-da-verdade-e-revanchista-sim>> Último acesso em: 11/03/2025.

BARRUCHO, Luis. BBC Brasil. Os números por trás do ‘milagre econômico’ da ditadura no Brasil. <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c17d57rqeexo>> Último acesso 06/03/2025

Câmara dos Deputados. Conselho de Ética rejeita processo contra Bolsonaro por citar Brilhante Ustra.< <https://www.camara.leg.br/noticias/502095-conselho-de-etica-rejeita-processo-contra-bolsonaro-por-citar-brilhante-ustra/>>. Último acesso em: 10/09/2024.

CONGRESSO EM FOCO. Tudo o que você sempre quis saber sobre Bolsonaro, mas tinha medo de perguntar. <<https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/34050/tudo-o-que-voce-sempre-quis-saber-sobre-bolsonaro-mas-tinha-medo-de-perguntar>> Último acesso em 11/03/2025.

FOLHA DE S. PAULO. Militares do exército matam músico em abordagem na zona oeste do rio. <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>>. Último acesso em: 03/02/2025.

\_\_\_\_\_. Os personagens. Antônio Delfim Netto. <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>>. Último acesso em: 06/03/2025.

\_\_\_\_\_. Caso favela Naval: Julgamento do policial Rambo deve terminar hoje Tentente aponta irregularidades de PMs em ação na favela. < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/vale/vl09109807.htm>>. Último acesso em: 10/03/2025

\_\_\_\_\_. Massacre de Eldorado dos Carajás completa 25 anos e segue como símbolo de impunidade no campo. < <https://www1.folha.uol.com.br/opinio/2021/04/25-anos-do-massacre-de-eldorado-do-carajas.shtml>> Último acesso em: 10/03/2025

\_\_\_\_\_. “A esperança venceu o medo”, diz Lula em pronunciamento em sp. < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41584.shtml>> Último acesso em 11/03/2025.

G1. Assassinato de tesoureiro do PT por bolsonarista: dois meses após crime, acusado ainda não foi ouvido pela justiça. <<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/09/09/assassinato-tesoureiro-do-pt-dois-meses-apos-crime-acusado-que-e-apoiador-de-bolsonaro-ainda-nao-foi-ouvido.ghhtml>>. Último acesso em 11/03/2025.

\_\_\_\_\_. Em gravação, Jucá sugere ‘pacto’ para barrar a Lava Jato, diz jornal. <<https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/05/em-gravacao-juca-sugere-pacto-para-deter-lava-jato-diz-jornal.html>>. Último acesso em: 10/03/2025.

\_\_\_\_\_. Chacina da Candelária, 30 anos: Menores ainda estão vulneráveis no Brasil, segundo pessoas próximas das vítimas.<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/23/chacina-da-candelaria-30-anos-menores-ainda-estao-vulneraveis-no-brasil-segundo-pessoas-proximas-das-vitimas.ghhtml>>. Último acesso em 11/03/2025.

\_\_\_\_\_. Massacre do Carandiru 30 anos da maior chacina numa prisão brasileira.: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/02/massacre-do-carandiru-30-anos-da-maior-chacina-numa-prisao-brasi>

leira.ghml> Último acesso em: 10/03/2025

El PAÍS. Morte, ameaças e intimidação: o discurso de Bolsonaro inflama radicais. [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288\\_960840.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html) > Último acesso em: 03/02/2025.

NEXO JORNAL. O que eram as reformas de base, centrais no golpe de 64. <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/03/24/o-que-eram-as-reformas-de-base-centrais-no-golpe-de-64>>. Último acesso em: 05/03/2025.

PLANALTO. Atos Institucionais. <<https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>

\_\_\_\_\_. Presidência da República – Casa Civil- Subchefia para Assuntos Jurídicos- Decreto- LEI N° 3.864, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1941. <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del3864.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3864.htm)>. Último acesso em 03/02/2025.

PODER 360. No Acre, Bolsonaro fala em ‘fuzilar a petralhada’ e enviá-los à Venezuela. <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/no-acre-bolsonaro-fala-em-fuzilar-a-petralhada-e-envia-los-a-venezuela/>>. Último acesso em 11/03/2025.

VEJA. Regina Duarte ressuscita frase “eu tenho medo” pela liderança de Lula. <<https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/regina-duarte-ressuscita-frase-eu-tenho-medo-pela-lideranca-de-lula>>. Último acesso: 03/02/2025.